O ROMEIRO
MOVIMENTO DE ROMEIROS DE SÃO MIGUEL
JANEIRO 2022 ◆ AGENDA CANCELADA

Histórias do Presente

Durante o governo de Horácio de Medeiros Franco (1921-1923), a prática Romeiros é proibida na ilha inteira. Este governador civil proíbe esta manifestação por motivos de "salubridade pública".
Segundo Manuel Inácio de Melo, "parece" que a ilha de São Miguel foi vítima da gripe espanhola e o risco de contágio teria sido, naturalmente, a causa principal da proibição. Mas, neste aspecto, levantam-se-nos algumas dúvidas.
A pandemia propagou-se nos Açores desde 1918 e prolongou-se até 1919. Relativamente a este período de gripe, numa circular enviada ao clero paroquial o Bispo de Angra D. Manuel Damasceno da Costa (1915-1922) fala da gripe bronco-pneumónica que chegara ao arquipélago no Outono de 1918. Esta circular apresenta as precauções a tomar durante este período de gripe, sendo uma delas o adiamento e impedimento das solenidades religiosas e das devoções noturnas nas igrejas:

Enquanto durar a epidemia, devem adiar-se para tempo oportuno
as solenidades religiosas, evitar-se devoções noturnas nas igrejas,
secarem-se as pias de água-benta, varrer-se com muita frequência os
templos e deitar-lhes desinfectantes …

Apesar disso, 16 romarias foram autorizadas em 1919. Como explicar que em 1919 se realizavam romarias durante ou logo após a epidemia da gripe espanhola, enquanto de 1921 a 1923 elas foram proibidas por motivos de salubridade pública?
Se o medo de uma propagação da doença podia ainda persistir, isto não explica tudo, isto porque a propósito desta epidemia, Rodrigo Álvares Pereira, informa-nos que "em Outubro deste ano [1918], a ilha é assolada por uma terrível epidemia. (...) Afirmo (...) que se não fossem as praças desta unidade (Regimento de Infantaria n°26), a distinta classe médica da Ilha de S. Miguel não teria debelado com tanta rapidez o terrível flagelo, sendo devido aos esforços de uns e outros que a epidemia pôde ser declarada extinta a 29 de Dezembro, com excepção do concelho do Nordeste. Este facto levanta dúvidas sobre a presença da gripe espanhola na ilha durante o período de 1921-1923. É evidente que havia bem presente a memória da pandemia de 1918-1919 e consequentemente o receio de grandes ajuntamentos e dos seus efeitos de contágio.
No entanto, inclinamo-nos mais para a hipótese de as "razões de salubridade" apontadas constituírem muito mais um pretexto para a proibição das romarias quaresmais do que propriamente por razões de salubridade pública. No entanto, e segundo fontes orais, esta proibição prolongou-se durante alguns anos. Em 1929, os jornais A Crença e O Autonómico publicam artigos anónimos anunciando o regresso das romarias. A este respeito, seria importante de saber se realmente todos os grupos de romeiros obedeceram às proibições.
Parece-nos que não. Pudemos constatar, ao longo desta história de proibições que sempre houve uma certa resistência e transgressões às leis impostas; a realização clandestina da romaria parece mais que provável. É de salientar igualmente que muitas vezes a passagem por Ponta Delgada, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo se fazia em silêncio a fim de evitar possíveis denúncias. Para estas passagens, a autorização concedida pela autoridade administrativa do distrito era obrigatória. O mestre do rancho, portador desta licença, tinha de apresentá-la ao administrador do concelho para que este autorizasse a passagem no mesmo.
No entanto, possuir a autorização oficial para realizar a romaria era uma exigência que existia já no século XIX e que se prolongou até ao século XX. Qualquer evento e manifestação de ordem pública realizava-se sob o controlo do governo civil. Convém sublinhar também que, nesta altura, esta prática da romaria quaresmal de São Miguel não era ainda reconhecida e oficializada pela Igreja; era considerada como uma prática autónoma e marginal, realizada fora do contexto religioso e institucional. Esta autonomia encontra-se bem evidente no livro dos pedidos das licenças para atos religiosos, Neste documento, podemos notar que não são os padres que fazem este pedido, mas os próprios romeiros, mestres ou principais responsáveis do grupo. Estas circunstâncias podem explicar o pedido da autorização como um facto obrigatório e normal na época em questão.

in, "o Anticlericalismo Na República:
Aspectos Da Vivência Açoriana (1911-1919)"
Carmen Ponte, investigadora Doutorada/Bolseira de
pós-doutoramento da FCT, CEIS20 (Centro de Estudos
Interdisciplinares do Século XX) - Universidade de Coimbra.

Romeiros do Arcanjo

heranças de fé

A terra tremeu, escreveu a paisagem com basalto que da serra jorrou pelas vilas e povoados, pelos campos, até ao mar.

Tudo se transformou, e as gentes desse tempo, ali, prantos mil e orações tantas, tantos passos que são quantas, orações no nosso coração.

Tudo é distante no olhar mas perto do corpo que somos, um corpo que partilha a distância com a fé e assim é, semente no caminho.

Tantas contas nesses rosários ilha afora, ilha adentro, acordando os montes com todas as preces e toadas.

Cada alma tem um pássaro que é alma de pássaro, de caminhante lado a lado...

É assim no rancho, todos irmãos, todos iguais, todos na mesma direcção, é difícil por vezes, quase que vence o inevitável pensamento de parar... de ficar… de voltar a casa, como se voltasse o inverno no fim da primavera...

Então, basta olhar o chão e perceber que continuamos ate à próxima divina morada.

Todo o mundo que percorremos, na alma e na ilha, será completo se formos entregues ao que nos for dado, chuva ou sol, vento frio que é motor no corpo.

Antes de cada curva ou lomba já estamos lá, imaginando um pequeno descanso, ou mais suave o caminho, abraçar outro dia e mais outro, e em cada alvorada abrir o peito para sofrer e amar. Romeiro uma vez, para sempre Romeiro.

Fernando Resendes